



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

LUCAS FILIPE ECHER ARAÚJO

**AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE A IDEIA
DE “DESENVOLVIMENTO” DOS MUNDURUKU PLANALTO (SANTARÉM-
PA) EM CONTRAPOSIÇÃO AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO**

**SANTARÉM-PA
2022**

LUCAS FILIPE ECHER ARAÚJO

AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE A IDEIA DE “DESENVOLVIMENTO” DOS MUNDURUKU PLANALTO (SANTARÉM-PA) EM CONTRAPOSIÇÃO AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Profº. Dr. Rafael Zilio Fernandes

Conceito: 10

Data de aprovação: 14/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Dr. Rafael Zilio Fernandes (orientador)
Geografia, Universidade Federal do Oeste do Pará

Drª Isis do Mar Marques Martins (membro interno)
Geografia, Universidade Federal do Oeste do Pará

Dr. Dilermando Cattaneo da Silveira (examinador externo)
Depto. Interdisciplinar - UFRGS Campus Litoral

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA**

A663a Araújo, Lucas Filipe Echer

Autonomia e desenvolvimento: um estudo sobre a ideia de “desenvolvimento” dos Munduruku planalto (Santarém-PA) em contraposição ao avanço do agronegócio. / Lucas Filipe Echer Araújo. – Santarém, 2022.

51 p.: il.

Inclui bibliografias.

Orientador: Rafael Zilio Fernandes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Ciências Humanas, Licenciatura em Geografia.

1. Índios da América do Sul. 2. Terras indígenas – Divisão e demarcação – Santarém (PA). 3. Povos indígenas – Munduruku. 4. Demarcação de terras – Ipaupixuna (PA). 5. Demarcação de terras – Açaizal (PA). I. Fernandes, Rafael Zilio, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 980.41098115

Bibliotecária – Documentalista: Creuza Andréa Santos CRB-2/1352

AGRADECIMENTOS

Este é o momento que pego o meu café e olho para o monitor do meu computador e penso "...eu consegui". É um sentimento bom, cada etapa do curso alcançada teve sua satisfação, mas nenhuma se compara a este momento.

Quero agradecer a minha família em geral, especialmente, ao meu falecido avô Edson Steel, pelo conhecimento sobre a vida, e o incentivo a minha carreira acadêmica, queria que o senhor pudesse ver esse momento, a minha avó Mariza Echer, por todo amor, é a minha figura principal de família, e ao meu amado irmão Davi, amo vocês, é por vocês que não posso parar.

Agradeço aos meus amigos do curso, Júlio Cezar, Suzanny, Dayanny, e principalmente, ao meu amigo, parceiro de pesquisa Randerson Junior, que me ajudou nas diversas situações difíceis para a construção da minha monografia, a minha parceira Kevilyn Moraes pelo incentivo e cuidado, sou muito grato por ter conhecido e dividido muitas experiências com vocês.

A todos os meus professores do curso de Geografia, que contribuíram imensamente para minha formação. Em especial, ao professor Rafael Zilio, meus sinceros agradecimentos.

Ao NEPES, onde começou a pesquisa, principalmente, ao meu orientador Rafael Zilio, que me deu a oportunidade de desenvolver a pesquisa, pelos ensinamentos, o seu incentivo, apoio e colaboração foram fundamentais para essa realização. Muito obrigado!

Aos caciques das aldeias de Açaizal e Ipaupixuna, em permitirem os estudos na TI Munduruku Planalto, e compreender a luta pelo território. Gratidão

RESUMO

A Terra Indígena (TI) Munduruku Planalto localiza-se a 42 km da área urbana do município de Santarém – Pará, na região conhecida como “planalto santareno”. Lá, o processo de expansão/invasão do agronegócio com a monocultura de grãos (milho e soja), tem ocasionado diversos conflitos geoepestêmicos. Este trabalho tem como foco entender o processo de autodemarcação da TI Munduruku Planalto e trazer o debate sobre o que é o “desenvolvimento” para os moradores da aldeia Açaizal (aldeia da TI mais próxima da rodovia Curuá-Una, principal acesso ao território), e a contradição do discurso desenvolvimentista do agronegócio em Santarém. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa com a realização de dois trabalhos de campo: o primeiro em dezembro de 2019 nas aldeias Ipaupixuna e Açaizal; o segundo em fevereiro de 2020 na aldeia Açaizal. Os dados foram obtidos através de registros fotográficos e aplicação de entrevistas abertas e semiestruturadas com os caciques e lideranças das aldeias mencionadas. Para o diálogo da pesquisa, utilizamos autores da Geografia e de outras áreas do conhecimento, como: Castoriadis (1982), Haesbaert (2007), Cruz (2017); Suertegaray (2006); Souza (2006); e Zilio (2021). Com a expansão/invasão do agronegócio no município de Santarém, os povos originários/tradicionais ficam vulneráveis dada a invisibilidade e negligência do Estado. A pesquisa nos revela a autodemarcação da TI Munduruku Planalto como manifestação de r-existência e ganhos de autonomia, a influência das organizações indígenas para lutar na esfera política e, principalmente, o entendimento que desenvolvimento também é viver dentro do território. Estudos como este revelam o preocupante desmonte dos direitos e o desrespeito a vida dos povos tradicionais/originários da Amazônia; já as r-existências desses povos nos permitem enxergar através do olhar geográfico as diferentes visões de mundo que disputam o mesmo espaço.

Palavras-chaves: Munduruku; Autodemarcação; Agronegócio; Autonomia; R-existência; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The Munduruku Planalto Indigenous Land (TI) is located 42 km from the urban area of the municipality of Santarém – Pará, in the region known as “planalto santareno”. There, the process of expansion/invasion of agribusiness with the monoculture of grains (corn and soy), has caused several geoepistemic conflicts. This work focuses on understanding the process of self-demarcation of the Munduruku Planalto TI and bringing the debate about what “development” is to the residents of the Açaizal village (the TI village closest to the Curuá-Una highway, the main access to the territory), and the contradiction of the agribusiness developmental discourse in Santarém. The research follows a qualitative approach, carrying out two fieldworks: the first in December 2019 in the villages of Ipaupixuna and Açaizal; the second in February 2020 in Açaizal village. The data were obtained through photographic records and the application of open and semi-structured interviews with the chiefs and leaders of the mentioned villages. For the research dialogue, we used authors from Geography and other areas of knowledge, such as: Castoriadis (1982), Haesbaert (2007), Cruz (2017); Suertegaray (2006); Souza (2006); and Zilio (2021). With the expansion/invasion of agribusiness in the municipality of Santarém, the native/traditional peoples are vulnerable given the invisibility and neglect of the State. The research reveals the self-demarcation of TI Munduruku Planalto as a manifestation of r-existence and gains in autonomy, the influence of indigenous organizations to fight in the political sphere and, mainly, the understanding that development is also living within the territory. Studies like this reveal the worrying dismantling of rights and the disrespect for the lives of the traditional/original peoples of the Amazon; the r-existences of these peoples, on the other hand, allow us to see through the geographical gaze the different worldviews that vie for the same space.

Palavras-chaves: Munduruku; Self-demarcation; Agribusiness; Autonomy; R-existence; Development;

LISTA DE SIGLAS

AIBAC	Associação Indígena Borari de Alter do Chão
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CITA	Conselho Indígena Tapajós Arapiuns
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPS	Empresa Brasileira de Portos de Santarém
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
MPF	Ministério Público Federal
NEPES	Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social
SIRSAN	Sindicato Rural de Santarém
TI	Terra indígena

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização da Terra Indígena Munduruku no Planalto Santareno.....	11
Quadro 1: População das Aldeias da TI Munduruku Planalto.....	25
Figura 2 - Indígenas fazendo farinha.....	26
Figura 3: Área do lago do Maicá em Santarém – Pará	27
Figura 4: Placa de identificação da aldeia de Açaizal (TI Munduruku Planalto)..	28
Figura 5: Trabalho de campo na aldeia de Ipaupixuna.....	29
Figura 6: trabalho de campo Aldeia Açaizal	30
Figura 7: Trabalho de campo Aldeia Açaizal	31
Figura 8: Casa do Fazendeiro na Aldeia Açaizal.....	32
Mapa 1: Aldeia de Açaizal na TI Munduruku Planalto	33
Figura 9: Campo de Futebol x Agronegócio.....	34
Quadro 2: Fases do Processo de Homologação de Terras Indígenas pela FUNAI.....	36
Mapa 2: Autodemarkação da Terra Indígena Munduruku Planalto e sua localização no município de Santarém e no estado do Pará.....	38
Figura 10: Áreas registradas no CAR sobrepondo ao perímetro da TI Munduruku Planalto.....	39
Figura 11: A mudança na região de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos com a chegada do agronegócio entre 1990 e 2021.....	41
Figura 12: Praia Vera Paz x Porto da Cargill.....	43
Figura 13: Imagem que ilustra o projeto da instalação do “Porto do Maicá”.....	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1: Autonomia e Desenvolvimento.....	14
1.1 Autonomia: o que é? E onde a enxergamos?.....	14
1.2 Desenvolvimento: Conceito.....	19
Capítulo 2: como se deu a autodemarcação.....	23
2.1 Território: o que é? E por que ele é tão importante?	23
2.2 Quem são os Munduruku da Terra Indígena Munduruku Planalto.....	24
2.3 Aldeia Açaizal.....	27
2.4 Autodemarcação: onde a autonomia ganha força.....	35
Capítulo 3: Desenvolvimento(s): Agronegócio X Munduruku.....	40
2. Desenvolvimento para o agronegócio.....	40
2.1 Desenvolvimento para os Munduruku.....	45
Considerações finais.....	47
Referências.....	49
Apêndices.....	52

INTRODUÇÃO

A presente monografia aborda o entendimento de *autonomia* e “*desenvolvimento*” do povo da Terra Indígena (TI) Munduruku Planalto, localizado no município de Santarém-Pará (figura 1). Atualmente, estes vêm enfrentando a expansão/invasão o agronegócio na região, o que tem ocasionado conflitos geopistêmicos (ZILIO, 2021), como a luta camponesa, quilombola e indígena, que vem r-existindo a esse processo desenvolvimentista, enfatizando sua forma de enxergar o espaço e organizá-lo com autodeterminação.

Esta pesquisa tem origem no *Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social - NEPES* (do qual faço parte), iniciada em 2019, com o intuito de conhecer a autodemarcação da TI Munduruku Planalto e os possíveis antagonismos existentes a esse processo, e conforme ocorrera a investigação do caso, houve algumas inquietações. Considerando que o discurso desenvolvimentista tem ganhado força na região de Santarém, com a expansão/invasão do cultivo de grãos, sendo o principal, a soja, este trabalho tem como foco trazer o debate sobre o que é o “desenvolvimento”, dialogando com o nosso entendimento sobre esse conceito e, somado a isso, o entendimento do nosso objeto de estudo.

Falaremos principalmente sobre a aldeia *Açaizal*, que juntamente com mais três aldeias (São Francisco da Cavada, Amparador e Ipaupixuna) formam o território Munduruku, localizado no Planalto Santareno (PA), que vem lutando pela demarcação de suas terras.

Segundo os documentos da Ministério Público Federal - MPF, o processo de luta pela demarcação formal foi iniciado em 2008, mas devido a pressões externas como o avanço da soja e grilagem sobre a área, entre 2009 e 2015 os indígenas empreenderam a autodemarcação da TI, em que foi criado um mapa do território com base nos conhecimentos ancestrais dos indígenas Munduruku Planalto.

Os impactos causados pela implementação do cultivo de grãos do *Agronegócio* nessa área são diversos, como o assoreamento dos igarapés, os plantios (como a graviola, mandioca, hortaliças, açaí e outros) que deixaram de

No segundo capítulo, será explanado sobre a TI com foco na Aldeia Açaizal, abordando sua origem, modo de vida, como se deu o processo de autodemarcação da TI Munduruku Planalto, quais os impactos causados pela expansão/invasão do cultivo de grãos na localidade, os principais desafios encontrados em meio a essa disputa por espaços de diferentes lógicas de produção e sua atual situação frente às etapas para a homologação de seu território. Trabalharemos com o conceito de *território* para entender como essas relações são construídas, com as ideias de Haesbaert (2007).

No terceiro capítulo, iremos analisar a ideia de “desenvolvimento” para os Munduruku Planalto em contraposição ao discurso hegemônico de “desenvolvimento” trazido pelo agronegócio. Demonstraremos assim um contraste de duas visões sobre um mesmo conceito. Sob a luz do nosso referencial teórico, traremos ao debate duas lógicas antagônicas que se expressam no espaço geográfico.

A metodologia segue uma abordagem qualitativa. A obtenção dos dados primários ocorreu através de duas entrevistas realizadas com roteiro de perguntas semiestruturadas em trabalhos de campo em dezembro de 2019 nas aldeias Ipaupixuna e Açaizal, e fevereiro de 2020 em Açaizal. Foram coletadas fotografias, e posteriormente, fizemos a transcrição das entrevistas (anexada nos apêndices), e dialogamos sobre nossas impressões sobre a comunidade. Todas as entrevistas foram feitas com as lideranças de Açaizal (o cacique e os auxiliares), que juntamente com os moradores da aldeia, votaram a favor da nossa pesquisa e sempre trouxeram objetividade às nossas perguntas.

Vale ressaltar a importância do trabalho de campo para a ampliação do entendimento do pesquisador sobre o caso:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais [...] Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos.

Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SUERTEGARAY, 2009).

Os dados secundários foram obtidos por revisão bibliográfica contínua em 2019 a 2022, com artigos, fichamentos e resumos sobre povos originários na América Latina, documentos do Ministério Público Federal (MPF) sobre o caso, e os recentes estudos produzidos pela (CPT) Comissão Pastoral da Terra, com a comunidade. Em seguida, já com os dados coletados, houve a organização dos mesmos, e o início da redação desta monografia.

Infelizmente, devido à pandemia da Covid-19, a pesquisa enfrentou diversas dificuldades, por conta do atraso no processo de vacinação, os trabalhos de campo foram inviabilizados. A paralisação da universidade nos limitou o acesso à biblioteca apenas de maneira virtual. Tive perdas familiares na pandemia, o que reconfigurou as prioridades em meio ao cenário caótico que surgiu em todo o país. Somente após as vacinações pudemos (felizmente) voltar para “finalizar” a pesquisa. Portanto, entendo que esta pesquisa seja importante para mim como aprendizado sobre a r-existência, para os Munduruku como um documento que agregue a luta.

CAPÍTULO 1:

AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO

1.1 Autonomia: o que é? E onde as enxergamos?

É necessário sermos coerentes ao conceituar a autonomia. Na América latina temos vários exemplos de movimentos sociais tanto urbanos como agrários, que lutam pela autonomia em seus territórios, como os movimentos de r-existência¹ dos povos originários, dentre outros. São as mais diversas manifestações do exercício do poder autônomo contra as imposições do Estado (em geral), demonstrando assim avanços ao horizonte da liberdade.

Trabalharemos com a Amazônia brasileira, que desde o seu processo de colonização com a chegada dos portugueses e posteriormente com outros povos europeus, nos perpetua até os dias de hoje em nosso imaginário², um infrapoder (poder que molda o subjetivo) enraizado em nossa sociedade que nos cega ao ponto da reprodução da mediocridade humana. Evidente, os preconceitos, racismo e omissão aos massacres voltados aos povos originários, são verdadeiras heranças históricas deixadas pelo colonialismo³, um processo de dominação política, econômica e do imaginário através da escravização e extermínio dos “índios”. Mesmo com o seu “fim”, ainda vivemos um período de colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza.

Em síntese, segundo Castro-Gómez (2005), a finalidade da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza não é apenas submeter os povos originários através da força militar a escravidão, o extermínio, mas também transformar o imaginário ao modelo europeu ou, no último século, ao estadunidense, anulando seus saberes e ditando uma nova forma de enxergar o mundo. Um verdadeiro exercício de violência epistêmica⁴, onde não se mede

¹ Existo, logo resisto. R-Existo. (Cruz 2017)

² Castoriadis (1982)

³ Quijano (2005) e Mignolo (2003)

⁴ Santiago Castro-Gómez (2005)

esforços para o “apagamento” de suas significações imaginárias manifestadas no espaço geográfico.

Temos a consciência que os povos indígenas possuem outras *significações imaginárias* construídas e reproduzidas por séculos. Seus valores, suas crenças e sua relação com a natureza não-humana, partem de costumes que são praticados antes mesmo do europeu se entender como europeu, e após a sua chegada a luta e resistência pela liberdade de existir não tiveram fim. A existência é uma resposta ativa ao que Boaventura de Souza (1999) denominou de “epistemicídio”, ou seja, a aniquilação de outras formas de conhecer o mundo.

Iremos trabalhar na perspectiva dos povos originários, e nossa tarefa é entender o quão autônomos os Munduruku do Planalto Santareno (PA) conseguem ser, no sentido de gerir e planejar dentro do seu território e os impactos causados por essas ações, porém primeiro, temos por obrigação expressar o nosso entendimento sobre autonomia e em seguida relacionar o conceito com a realidade.

Uma lupa que utilizamos para investigar o caso, foi o entendimento do filósofo grego, economista e psiquiatra Cornelius Castoriadis, no qual, nos trouxe um profundo entendimento sobre o que é a autonomia, através do seu projeto de sociedade autônoma, inspirado no modelo de democracia que ocorreu em Atenas (século VI a.C.) e para o exercício da reflexão precisamos diferenciar alguns conceitos como autonomia individual, autonomia coletiva e o papel da democracia.

Autonomia, em sua etimologia vem do grego (autós: próprio e nómos: lei), seria empregar a si mesmo as suas leis, contrapõe-se a isso, a heteronomia que seria um conceito de Kant, que explana a submissão do indivíduo a forças externas, como o Estado. Entretanto, o que seria um indivíduo autônomo? Na concepção de Castoriadis, seria o sujeito capaz de viver livre e igual aos outros que compõem o coletivo, no sentido de possuir as mesmas oportunidades de participação na política e com ela construir as leis que irão lhe conduzir ao longo da vida, para que possam decidir os seus próprios caminhos, buscar sua felicidade, através das suas reflexões perseguir o sentido de sua própria existência.

A autonomia individual se refere, resumidamente, ao que se poderia chamar de a capacidade de indivíduos adultos para estabelecer, lucidamente, fins (sob a forma de objetivos, metas e projetos) para a sua própria existência e persegui-los de modo tão consequente quanto possível. (SOUZA, 2017, p. 311)

Para SOUZA, é insustentável a existência de indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma, ambos são o que Marcelo Lopes de Souza chama de “dois lados de uma moeda” formada por um coletivo capaz de criar instituições sociais, para que se haja uma liberdade efetiva o que entendemos aqui por autonomia. Ou seja, seria um coletivo formado por indivíduos autônomos que iriam decidir de maneira democrática (através de assembleias, por exemplo) sob quais leis eles estariam respaldados e/ou quais mudanças (planejamento, gestão em diversos segmentos da sociedade) foram decididas pela maioria, e para a efetivação daquilo que foi decidido, faz-se necessário a criação de instituições sociais para garantir a organização da vida no coletivo. A autonomia:

Se refere à existência de instituições sociais que garantam, precisamente, essa igualdade efetiva – em outras palavras, uma igualdade que não é somente ou basicamente formal – de oportunidade aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito particularmente, para a participação em processos decisórios concernentes à regulação da vida coletiva (SOUZA, 2017, p. 312).

A instituição parte de dois pontos, as *primárias e secundárias*, sendo a primeira construção do subjetivo como as crenças, os valores, a linguagem, a relação com a natureza e etc. Essa primeira parte tem sido construída e espalhada desde a revolução cognitiva através da oratória, sem propriamente um espaço concreto de reprodução, esse espaço material feito com a finalidade de perpetuar esse conjunto de saberes, como é o caso das escolas, igrejas e o Estado, entre outros é o que chamamos de instituição secundárias. A instituição nasce no imaginário coletivo e se materializa no espaço geográfico.

Podemos refletir que a instituição é moldada pela sociedade com o passar dos anos, pois a sociedade quanto instituída, ou seja, construída com seus padrões éticos e morais, não é inerte no tempo, porque ela é formadora de indivíduos instituintes que vão compor a esse coletivo e reproduzir os seus modos de vida, através da instituição secundária, porém, também vão modificá-

lo com o tempo, construindo novos valores, outras perspectivas sobre como o indivíduo e o coletivo devem ser ou não.

A sociedade faz os indivíduos que fazem a sociedade. A sociedade é obra do imaginário instituinte. Os indivíduos são feitos, ao mesmo tempo que eles fazem e refazem, pela sociedade cada vez instituída: num sentido, eles são a sociedade (Castoriadis, 1992, p. 123).

O modelo de sociedade (brasileira) instituída em que estamos inseridos, é de uma profunda *heteronomia* onde as relações partem dos de cima para os de baixo, que nos dividem pela cor, gênero, riquezas e mercado. Com isto, surge uma hierarquia que reproduz as mais perversas desigualdades, o branco tem mais direitos e privilégios que o negro, o racismo é estrutural, o homem é tido como superior a mulher e com isso a cultura do machismo é diversificado, as riquezas são de concentração de uma minoria e o mercado decide quais espaços o capital deve parasitar com o apoio ou omissão do Estado. Em contraposição a isso, encontramos vários grupos na linha de frente como o Movimento Negro, Feminismo, Movimento Sem-Terra, camponeses, indígenas, quilombolas e entre outros que são a sociedade instituinte, que vem ganhando força desde o final do século XX. Buscando a superação da *heteronomia instituída* na sociedade, para exercer um poder autônomo, onde as relações são horizontais, as organizações descentralizadas, abolindo a subordinação a grupos dominantes.

A democracia tem um papel fundamental para o nosso entendimento quanto ao projeto de sociedade autônoma. Democracia vem da junção de duas palavras do grego *demos* “povo” e *kratos* que significa “poder”, poder do povo, logo se o poder é do povo, podemos entender que o povo é o indivíduo, e que o indivíduo exerce esse poder de maneira plena através de uma democracia direta, como Castoriadis (1996 p.264) exemplifica, “uma definição de democracia tão boa quanto qualquer outra é: o regime em que a esfera pública torna-se verdadeiramente e efetivamente- pertencente a todos e efetivamente aberta à participação de todos”.

Portanto, pela democracia em que a sociedade autônoma vai exercer o seu poder autônomo, ou seja, o exercício da atividade política dos indivíduos coletivamente em sua autogestão/autoplanejamento do espaço. Assim

adquirindo uma maior liberdade sobre suas vidas, e uma organização de tarefas, é claro que todos não podem ter as mesmas funções, porém, uma divisão de tarefas respaldada pelas instituições sociais consegue gerar maior igualdade e possibilidade para que todos sejam participantes em todas as esferas do poder público.

A finalidade de uma sociedade autônoma é tornar o mais possível os indivíduos a ela pertencentes, livres, com uma educação que os faça refletir sobre suas vidas e decidir de maneira política quais caminhos seguir. Parafraseando isto, podemos pensar a luta dos povos originários como uma busca pela liberdade, não só individual de ser quem são, mas também de conduzirem a vida de maneira coletiva, através da autogestão/autoplanejamento dos seus territórios, assim perpetuando seus *magnas das significações imaginárias*⁵, ou seja, conjunto de crenças, modos de vida, não somente imaterial, inclusive no material, expresso em seus respectivos espaços de convívio.

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem a participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis (CASTORIADIS, 1983, p. 22)

Apesar da autonomia possuir vários sentidos dependendo do grupo que se identifica com o conceito, e por mais contraditório que o sentido pareça, podemos destacar dois modelos muito presente, a autonomia buscada por alguns povos originários com o intuito de autogestão/autoplanejamento dos seus territórios, com o auxílio do Estado, no sentido, em que os direitos previstos na constituição, além da demarcação e homologação de suas terras, outrora, vamos ter movimentos na América Latina onde a autonomia é pensada fora do Estado, como é o caso do movimento Zapatista no sul do México.

Nossos esforços em conceituar autonomia, trazendo à tona o entendimento de Cornelius Castoriadis, serve para enxergamos em nosso objeto de estudo, não o projeto de autonomia como um produto pronto aplicado, porém,

⁵ (Cornelius Castoriadis p. 1982)

como um horizonte que manifesta resquícios dessa linha de pensamento, mesmo que nunca debatida nesse contexto, consegue se materializar através dos *ganhos de autonomia* (SOUZA, 2006), com a busca pela superação de uma heteronomia que os “apaga”, lhes negando o direito de existir, o epistemicídio, por conta de um processo de expansão/invasão do capital através dos cultivo de grãos do Agronegócio na região de Santarém - Pará, os fizeram r-existir e trazer a luta para esfera política com o processo de autodemarcação do Território Indígena Munduruku no Planalto Santarém (PA), onde no próximo capítulo iremos abordar com mais propriedade o caso. Nesse primeiro momento, outra lupa que utilizaremos será a nossa visão e entendimento sobre o desenvolvimento que posteriormente nos auxiliará para a compreensão do nosso objeto de estudo.

1.2 Desenvolvimento: Conceito

Os debates sobre o “desenvolvimento” nos mostram que seu significado é bastante diversificado, tamanha expressão nos impacta o imaginário, acabamos por ter várias ideias, cosmovisões em relação aos choques causados pelo emprego da palavra no espaço geográfico. A princípio utilizada por cientistas da biologia para simplificar o processo que os organismos passam para atingir o seu potencial, e que posteriormente, migrou para as ciências sociais. Entretanto, teve seu maior impacto em 1949, com o discurso do Presidente Truman⁶, no qual, empregou a palavra para a classificação daquilo que hoje entendemos, como países desenvolvidos (industrializados, capitalistas etc.), e subdesenvolvidos, onde o objetivo dessa segunda parte é um dia se tornar a primeira, eis a meta, a ser alcançada, e o mundo passa a ter um modelo padrão a ser seguido.

O emprego do “desenvolvimento” não só tornou os ditos países desenvolvidos como um modelo econômico, no sentido, de sua industrialização, urbanização, suas redes de técnicas, mas também ao imaginário, existe um padrão de pensamento, visão de mundo, uma cultura a ser seguida ditada pela

⁶ Ver Escobar (2014).

por esses países (Estados Unidos e Europa), onde as mais diversas nações, passa a enxergar isto, como “moderno” (múltiplas faces da colonialidade), seria um padrão superior de sociedade, o que é ecologicamente inviável ao nosso planeta, tamanho consumismo.

Atualmente, a palavra “desenvolvimento” pode significar qualquer coisa, desde a construção de prédios a trilhos de trens para o escoamento de minérios. Entretanto, carece de sentido, embora em nosso imaginário, sintetizando o que nos diz SOUZA (2006), o desenvolvimento econômico, absorveu o seu adjetivo, e com isso nos faz a entender, que ela carrega com si além da acumulação do capital, melhores condições de vida – modernização tecnológica, avanço na educação, e etc.- o que de fato, em vários casos não ocorre.

Os diversos discursos sobre “desenvolvimento” são bastante empregados na Amazônia, para a justificação de *grandes projetos espaciais*, carregados de várias promessas de melhores condições aos moradores locais, como foi o caso da construção da Usina hidrelétrica Curuá Una construída na década de 70, que só veio fornecer energia às comunidades já existentes ao seu redor por volta de 2015/2016, o que vemos é a invisibilização desses povos. Outro fator importante mencionar é como esses discursos criam uma cortina de fumaça para “apagar” os povos que vivem nesses espaços, principalmente, com os povos originários que passam por diversos processos para a homologação de seus territórios (explicaremos cada processo no próximo capítulo), tendo que lidar, além das inúmeras ameaças como o garimpo ilegal, madeireiras, a omissão por parte do Estado, uma nítida demonstração de biopoder⁷, ou seja, poder sobre a vida. O resultado são os inúmeros conflitos que atingem não só indígenas, mas também, quilombolas, camponeses e ribeirinhos.

Embora o “desenvolvimento” seja um termo polissêmico, carregado de várias alterações como ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento ou até mesmo desenvolvimento sustentável, não será o nosso foco aqui debater sobre essas correntes. Entendemos que os países ditos desenvolvidos, apresentam um modelo insustentável, ou seja, tanto economicamente já que vem de um

⁷ Ver Michel Foucault – Nascimento da Biopolítica, curso dado no Collège de France (1978-1979)

modelo em que Bauman (2009) chama de capitalismo parasitário, onde só se sustenta parasitando em espaços que ainda não aderiram aos moldes do capital, e que transforma toda a natureza em recurso, e como horizonte, não é algo pronto, ainda se existe uma profunda segregação, racismo, xenofobia e desigualdades em vários níveis. Ressaltamos que este padrão que os países subdesenvolvidos tentam incorporar, como é o caso do Brasil, só reproduz as mais perversas aflições (epistemicídio) aos povos existentes na Amazônia. Não somos contra o “desenvolvimento”, mas primeiro devemos nos perguntar “desenvolvimento” para quem? É um questionamento que quase não é feito pela nossa sociedade, na aplicação dos grandes projetos espaciais.

Traremos para o debate do nosso estudo de caso, o nosso conceito de “desenvolvimento” trabalhado por Marcelo Lopes de Souza, que ligado ao pensamento de sobre autonomia de Castoriadis, nos trouxe uma nova perspectiva, um filtro para enxergamos a materialização do conceito, o desenvolvimento sócio-espacial⁸, nos diversos espaços. Para SOUZA (2006), “o desenvolvimento é uma transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva, e maior justiça social”, ou seja, seria um horizonte não propriamente palpável, no sentido de pronto, diferente dos discursos dos países desenvolvidos, não existe uma sociedade modelo, o que se entender aqui é um caminho a maiores conquistas em sentido a autonomia, a liberdade.

Autonomia e desenvolvimento sócio-espacial aqui caminham juntos, escolhemos essa visão para o entendimento do nosso objeto, como uma tradução de um pensamento que se origina na Grécia, materializada em algumas lutas dos povos originários, que buscam autonomia para gerir e planejar seus territórios, como um mecanismo de defesa da própria existência. Entendemos que o nosso conceito de “desenvolvimento” se caminha a passos curtos, através da luta política, pois, em nosso caso, partem de grupos que são menosprezados pelo capital e não só ignorados pelo Estado, como também combatidos através de incentivos a expansão/invasão do garimpo ilegal, monocultura, causando muitas vezes lutas armadas, para assim adquirir os *ganhos de autonomia*, que

⁸ Entendemos o Espaço como produto e condicionador das relações sociais.

são frações de liberdade, ou seja, direitos (políticos) conquistados através da existência.

Enquanto existir uma sociedade heterônoma, a reprodução da espacialidade seguirá esse padrão, teremos vários grupos atingidos lutando pela liberdade, trazendo ao nosso caso. As organizações dentro movimento indígena, presentes no Oeste do Pará, Localizados em Santarém, a TI Munduruku Planalto, a Associação Indígena Borari de Alter do Chão (AIBAC) entre outros, vem lutando contra essa lógica de desrespeito a cultura, e os diferentes discursos de apropriação e expropriação desses espaços.

Com estes dois conceitos, iremos utilizar nesse segundo momento para investigar como os Munduruku da TI Munduruku Planalto, como se deu processo de autodemarcação do território, e de que maneira estão organizados, quais os *ganhos de autonomia* conquistados ao longo dos anos, até onde o pensamento de Castoriadis nos permite enxergar essa luta? A resposta encontraremos ao longo do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2:

A AUTODEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNDURUKU PLANALTO

2.1 Território: O que é? E por que ele é tão importante?

“O território para nós é de grande importância, é dele que tiramos nossa subsistência”. Cacique M da Aldeia Ipaupixuna

O território é uma das categorias mais mencionadas na Geografia, o seu significado é polissêmico, ou seja, possui múltiplos significados dependendo da ciência que o aborda. Para a Geografia o território remete-se ao poder, não o limitando ao Estado, mas sim no sentido de relações, no qual o indivíduo ou grupo de indivíduos se apropria de determinado espaço, como explica HAESBAERT (2007, p. 20): “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Sendo ele no sentido de dominação, entendido como recurso, onde podemos partir de dois exemplos, a do capital que sonda esses espaços para o acúmulo de riquezas, seja por megaprojetos espaciais como hidrelétricas, portos ou até mesmo a monocultura (milho, soja); e os povos originários que utilizam esses espaços para a sua subsistência, através da agricultura, caça, pesca e outros afins.

A apropriação em síntese, o território dentro de uma perspectiva a relação que o sujeito tem com o espaço, que está ligado ao valor simbólico, às experiências vividas dentro desse espaço, como uma relação de identificação, “aqui é o meu lar”, ser efetivado pelas expressões simbólicas, modo vida.

Ambos os sentidos, em nosso objeto de estudo, são imbricados. Quando assistimos ao jornal, um vídeo nas redes sociais (facebook, Instagram, Twitter) ou lemos uma revista sobre algum conflito entre povos originários x grandes projetos, temos que ter em mente, que a luta vai muito além do acesso à terra. O território carrega consigo, uma dimensão de *significações imaginárias*, seja ela imaterial como a cultura, religião, organização e material com a

construção de instituições como escola (com matérias que trabalham a educação indígena), criação de espaços para reuniões da aldeia e/ou conselhos.

Todo esse *imaginário*, é manifestado na dimensão política também, e os enxergamos na r-existência que os Munduruku têm em sua organização, ou melhor, sua autonomia para o enfrentamento do modelo agrário predominante em nosso país, e que se instalou em Santarém, causando diversos conflitos. O encontro daquilo que Cruz (2021) chama de *Sentidos de território*, onde diferentes agentes competem para territorializar o espaço. Para uma melhor visão, falaremos a seguir sobre a comunidade, quem são, e como se deu o processo de autodemarcação do território.

2.2 Quem são os Munduruku do Território Indígena Munduruku Planalto?

“Nós vivemos numa terra indígena, de índio mesmo, todos nós somos indígenas. A primeira família que era um senhor conhecido como João Grande e o outro, Benilsimo, e depois veio outra família, que foi nossa raiz, que era Munduruku. Eles eram uma mistura de Munduruku e Apiaká. [...] Esse Apiaká eu conheci ele com vida. Mas os outros parentes dele eram Munduruku. No caso nós tivemos a raiz, que hoje nós somos reconhecidos como Munduruku através deles. Eles que vieram pra cá e se criaram aqui, formaram as famílias deles aqui. Hoje nós lutemos por isso e para nosso reconhecimento, para sermos Munduruku também, para nós termos aquela raiz completa que eles tinham. Mas eles nasceram fora daqui. Eles chegaram aqui criança com os pais deles, mas eles diziam que os pais, os avós deles, os bisavós tudo eram índio Munduruku. Que eles vieram para cá como criança e daí eles ficaram vivendo aqui todo esse tempo. E até hoje nós ainda temos o sangue deles por aqui”. (Raimundo Nonato do Lago, Oficina de Mapas, Aldeia São Francisco da Cavada, em 25/08/2012).

A TI Munduruku do Planalto está localizado no município de Santarém-Pará, a área ocupada pelos Munduruku fica entre a rodovia estadual Santarém- Curuá-Una-PA 370 e o lago do Maicá, aproximadamente 42 KM da área urbana de Santarém, sendo que das quatro aldeias (Açaizal, Amparador,

São Francisco da Cavada e Ipaupixuna), as duas últimas têm acesso direto ao lago do Maicá.

Com base em alguns dados obtidos em 2015/2016, pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, grupo de pesquisa Núcleo Baixo Amazonas, entre outros, vamos caracterizar um pouco quem são os Munduruku do Planalto Santareno. Conforme os dados, todo o Território com as quatro aldeias possui no mínimo (esse número em 2022 deve ser maior) 205 famílias sendo elas distribuídas:

Quadro 1: População das Aldeias da TI Munduruku Planalto

Aldeias	Número de Família
Açaizal	60
Amparador	22
São Francisco da Cavada	55
Ipaupixuna	68

Fonte: CPT 2016. Elaboração autoral.

A comunidade utiliza o território de várias maneiras para a sua subsistência, através da agricultura onde a plantação de mandioca e a produção da farinha é uma prática muito comum entre quase todas as famílias, além disso, se planta também arroz e feijão. Dificilmente há excedente, ocorrendo usualmente um sistema de trocas de alimentos, onde um tem arroz e o outro tem farinha, uma troca com o outro e ambos saem com os dois produtos e assim sucessivamente.

Figura 2 - Indígenas fazendo farinha.



Fonte: Foto Gilson Rego⁹, 2016.

Outras atividades também possuem grande destaque como o caso da plantação e colheita da pimenta-do-reino, além disso, a criação de gado em pequenas produções, como existe uma forte presença de fazendeiros nas proximidades do território, alguns indígenas trabalham nas fazendas de gado para obter uma renda extra, entretanto, boa parte deles possuem em seus quintais a criação de galinha, porco, pato em pequenas quantidades para sua própria subsistência.

Algumas práticas comuns também é a pesca, que vem sendo ameaçada (falaremos no próximo capítulo), como duas aldeias têm acesso ao lago do Maicá, a pesca tem uma importante contribuição nessas redes de produção, peixes como pacu, tucunaré, charutinho entre outros, tendo sua maioria comercializados dentro das próprias aldeias. Outra frente, é a caça, o consumo da carne de cutia, paca, tatu, fazem parte da alimentação dos Munduruku do Planalto Santareno.

⁹ Figura retirada do livro OCEYPI EKAWEN, CPT 2016.

Figura 3: Área do lago do Maicá em Santarém - Pará



Fonte: João Romano, fotógrafo do site Amazônia Latitude ¹⁰

O extrativismo é uma atividade econômica e cultural muito forte na TI Munduruku do Planalto, a extração principal é o açaí, que nasce às margens dos igarapés, conta com o auxílio de famílias para colheita, e outros moradores para os diversos manejos. O açaí é consumido pela própria comunidade, porém, ela é comercializada para os atravessadores de Santarém. O açaí tem um valor enorme, não somente no sentido econômico, mas cultural. Na aldeia de Ipaupixuna, ocorre a festa do Açaí, onde manifesta danças, culinárias, lendas e artesanato mostrando a importância do açaí para a comunidade.

2.3 Aldeia Açaizal

Como já mencionamos na introdução, nosso foco será na aldeia Açaizal, esse momento gostaríamos de reservar esse tópico para falarmos um pouco sobre nossas impressões de campo, ao visitar a aldeia em dezembro de 2019 nas aldeias Ipaupixuna e Açaizal com minha turma do curso, e posteriormente fevereiro de 2020 em Açaizal com parte da equipe do NEPES, Professor Dr. Rafael Zilio e meu parceiro de pesquisa Randerson Junior. Ambas

¹⁰Disponível: <https://amazonialatitude.com/2019/03/12/projeto-de-porto-da-embraps-ameaca-meio-ambiente-e-povos-tradicionais-do-lago-do-maica/>. Acesso em 21/05/2022.

entrevistas foram realizadas com perguntas semiestruturadas e não estruturadas (roda de conversa com a turma), o foco em uma abordagem qualitativa.

Figura 4: Placa de identificação da aldeia de Açaizal (TI Munduruku Planalto).



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2021. Por Junior, Randerson.

Açaizal foi escolhido por nós, pelo fato, que é a aldeia mais próxima das diferentes dinâmicas espaciais, como a monocultura da soja que é bem presente, e os separa por uma estrada. Entretanto, já existe um fazendeiro dentro do território, o que demonstra como a aldeia está a passos largos “perdendo” espaço. Vale ressaltar, que os diversos impactos causados pela soja, não assola somente o Açaizal, mas a TI Munduruku Planalto, em várias frentes, a mais recente é a construção do “Porto do Maicá”.

No primeiro campo, realizado em dezembro de 2019¹¹, saímos de Santarém (área urbana) em sentido a TI Munduruku do Planalto, ansiosos, fomos pela rodovia estadual Santarém- Curuá-Una-PA 370, em poucas horas chegamos na aldeia de Ipaupixuna, onde fomos nos encontrar com o cacique e algumas pessoas que auxiliam na liderança, fomos bem recebidos, o acolhimento deles sempre bem humorados, e os momentos de diálogo foi uma parte mais séria, pudemos ouvir e sentir uma pequena fração do que é lutar por um território.

¹¹ Com a minha turma, pela disciplina de geografia agrária. Eu e Randerson já éramos integrantes do NEPES, fomos com a intenção de conhecer mais sobre o caso, e buscar a possibilidade de realizar uma pesquisa com a aldeia Açaizal.

A nossa roda de conversa se pautou em entender quem são os Munduruku do Planalto, quais seus desafios, e o principal, “*como se deu o processo de autodemarcação do território?*”, acredito que essa pergunta, abre caminho para entendermos todo o processo de reconhecimento como indígenas e como r-existem no território que vem sendo há décadas ameaçado.

Olha, o primeiro passo da autodemarcação do território, é porque todos nós lideranças já sabia onde era nossos limites, e a gente nas primeiras reuniões que a gente decidiu e achava que a gente tinha capacidade e a possibilidade de fazer essa autodemarcação, de fato porque nós somos conhecedores de nossos limites, e aí a gente começou reunir e discutir e conseguir uma forma, e a melhor forma que a gente encontrou foi a autodemarcação do território (...). (Cacique de Ipaupixuna, 2019).

Fomos impactos nesse campo, pelo conhecimento que nos foi apresentado, pela primeira vez eu pude ver, como a violência epistêmica é real, e muito presente próximo a Santarém, acredito que os colegas de turma tiveram a mesma sensação, é um sentimento confuso, de ver a injustiça e não poder agir, impotência. Logo após a roda de conversa, andamos pela aldeia Ipaupixuna, felizmente, a aldeia não faz divisa com a soja, porém, enfrenta outra frente, que é a construção do “Porto do Maicá”, que trará inúmeros impactos na pesca da comunidade.

Figura 5: Trabalho de campo na aldeia de Ipaupixuna.



Fonte: Trabalho de campo em dezembro/ 2019. Registros de SENA, Jarison (2019). Elaborado pelo autor.

A figura 5 ressalta: 1) a escola da aldeia de Ipaupixuna, foi o primeiro ponto de encontro e próximo a ele ocorreu uma parte das nossas rodas de conversa; 2) o igarapé de Ipaupixuna, o local foi utilizado para realizar a nossa refeição, o cardápio local foi peixe frito e cozido; 3) no fim da tarde, degustamos o vinho do açaí extraído de Ipaupixuna, um dos melhores por sinal. Infelizmente, não focamos em tirar fotos da liderança, por conta das inúmeras ameaças que todos os moradores vêm recebendo ao longo dos anos, fizemos o que nos pareceu correto.

No final da tarde, fomos para aldeia açazal, onde chegamos de noite, fomos muito bem recebidos, jantamos e descansamos, ficamos alojados na escola, que é também o centro comunitário dos indígenas. Logo pela manhã tivemos um café da manhã muito proveitoso. Contamos também nesse momento, com a presença do Cacique de Açazal e alguns professores que nos contaram como funcionava o ensino nas aldeias, além de matérias da grade curricular comum, eles também tinham disciplinas que trabalhavam sobre a história do território Munduruku Planalto, lideranças, lendas, costumes, vale destacar a importância das *instituições sociais*, nesse contexto.

Figura 6: trabalho de campo Aldeia Açazal



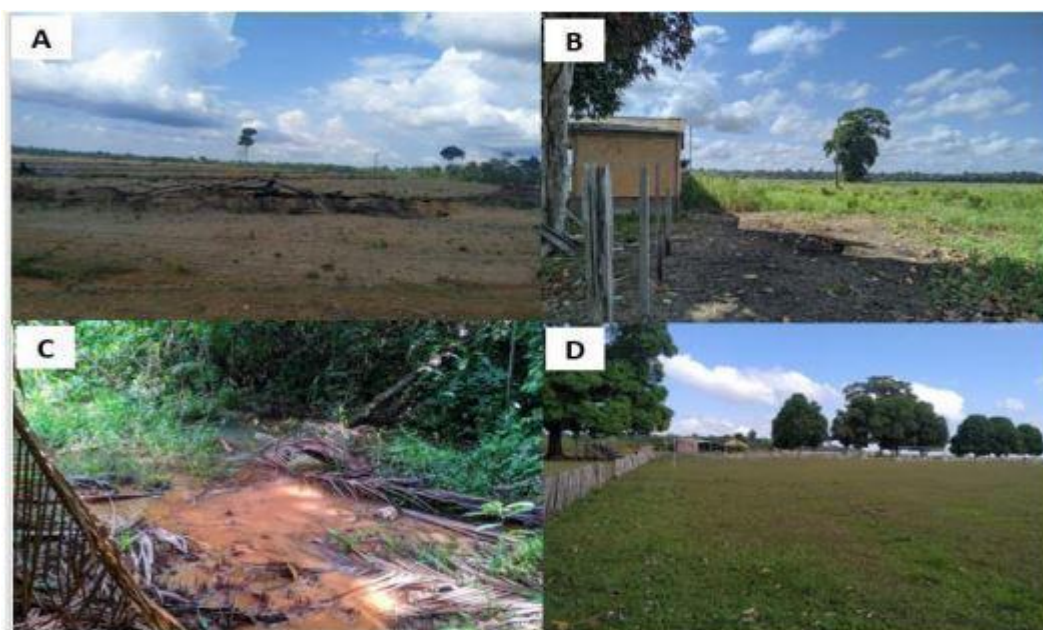
Fonte: Trabalho de campo em dezembro/ 2019. Registro de SENA, Jarison (2019)

A figura 6 representa, respectivamente: A) Área da Escola e centro comunitário foi o primeiro ponto onde paramos na Aldeia Açazal, realizamos a roda de conversa com a liderança e os professores, esse mesmo espaço

utilizamos para fazer as refeições; B) ao lado esquerdo vemos a área da escola, aos fundos lado direito, temos a escola onde ficamos alojados.

Prosseguimos com a roda de conversa, algumas pautas sobre como eles utilizam o território para subsistência, como se deu o processo de autodemarcação (perguntamos nas duas aldeias), e as ameaças relacionadas ao conflito entre TI Munduruku Planalto x Agronegócio. Como tínhamos um pouco de noção sobre como a Aldeia Açaizal está na linha de frente com a soja, ficamos ansiosos para conhecer os diversos pontos de tensão.

Figura 7: Trabalho de campo Aldeia Açaizal.



Fonte: Trabalho de campo em dezembro/ 2019. Registros de SENA, Jarison (2019). Elaboração JUNIOR, Randerson (2022).

Não foi preciso ir longe para identificar o contraste que existentes ali, a figura 7 representa: A) próximo a escola, uma imensa área desmatada e preparada para mais um ciclo de plantio de grãos (milho e soja); B) o agronegócio como vizinho dos indígenas; C) é o igarapé de Açaizal inativo devido ao assoreamento causado pelo desmatamento por parte dos fazendeiros; D) Campo de futebol, área de lazer dos indígenas que vem sendo ameaçado também pela sobreposição da soja.

Quando estávamos no campo de futebol, em meio a roda de perguntas, uma parte de uma resposta dada pelo cacique, me chamou bastante

atenção, e foi o que de fato me fez pensar e escrever essa monografia sobre esse “palavrão” chamado desenvolvimento.

“(…) a gente queria deixar bem claro aqui, nós não somos contra o desenvolvimento, agora nós temos que ver o que é melhor pra nós né, o que de fato é esse desenvolvimento pra nós também, então a gente defende a forma como a gente acha o desenvolvimento é pra nós, eles também defendem a deles (os Sojeiros), mas nós achamos que pra nós desenvolvimento é a gente continuar vivendo em nosso território, produzindo de forma, buscando uma forma de produzir também sustentável, não só pra nós mas pra que também possamos exportar, então aí é importante a universidade” (Cacique da aldeia Açaizal, trabalho de campo 2019).

Um registro muito importante, foi a da casa do fazendeiro, que está localizada dentro da Aldeia Açaizal, ficamos receosos, como éramos muitos, e o nosso meio de transporte possuía a identificação da universidade despertou um pouco da atenção dos trabalhadores do fazendeiro, fomos orientados a não tirar foto das pessoas da casa.

Figura 8: Casa do Fazendeiro na Aldeia Açaizal



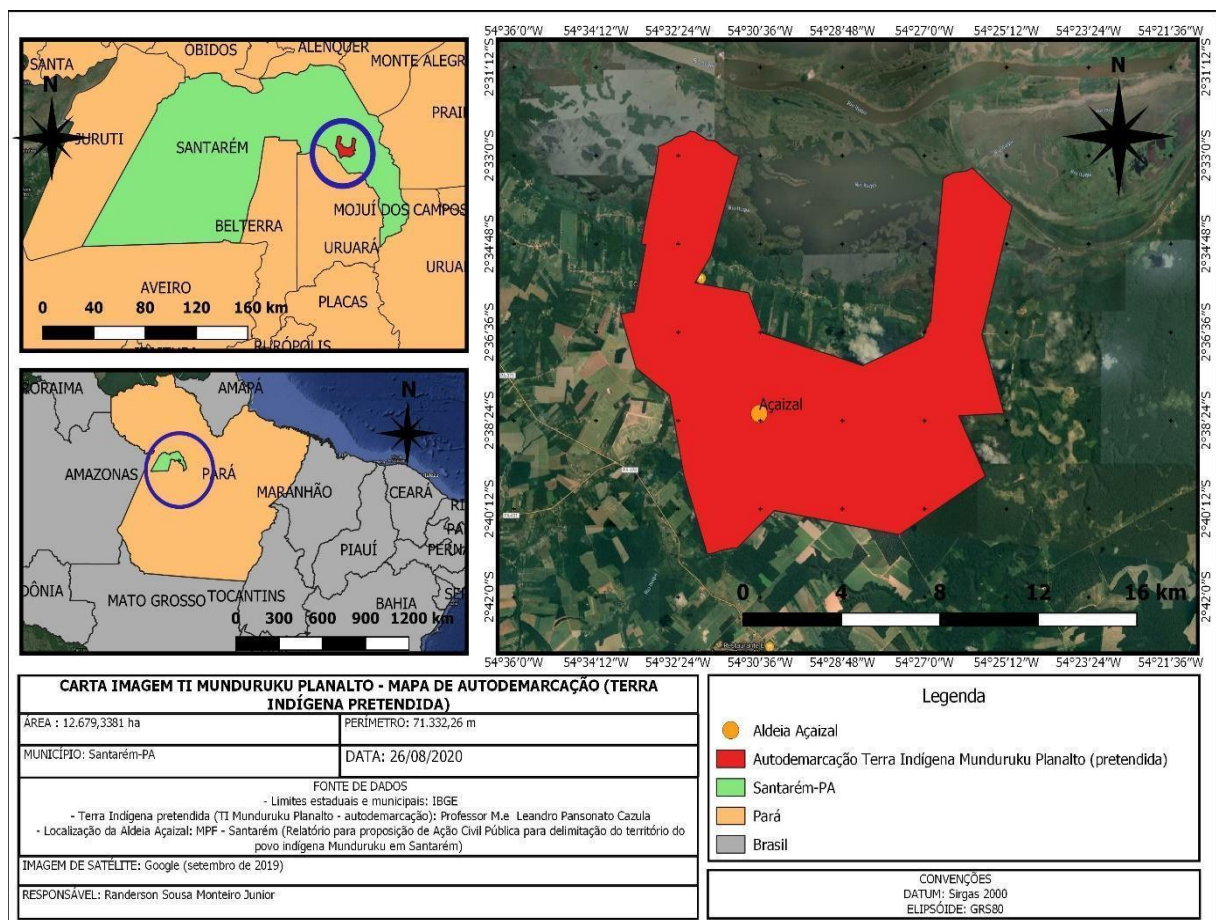
Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2021. Registro JUNIOR, Randerson (2021)

Após a caminhada pela aldeia, conhecendo vários pontos de tensão, a tarde voltamos para o espaço comunitário, onde ocorreu um pequeno diálogo

de agradecimento pela recepção e oportunidade de nos fornecer informações e mostrar os diferentes lugares existentes na aldeia, pontos de tensão e de vivência como as plantações e pequenas criações de animais. Aproveitamos também, eu e Randerson e conversamos em particular com o Cacique sobre o nosso interesse através do NEPES em realizar uma pesquisa, fomos correspondidos. Após os agradecimentos, nos despedimos e retornamos à cidade. Esses dois dias foram impactantes para mim, foi bem decisivo para o tema da minha monografia.

O segundo campo ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2020, alguns dias antes do primeiro caso confirmado da Covid-19 no Brasil (26/02/2020), fomos pela rodovia estadual Santarém- Curuá-Una-PA 370, desta vez, diretamente a Aldeia Açaizal. A seguir, mapa 1 identificando a aldeia Açaizal no TI Munduruku Planalto.

Mapa 1: Aldeia de Açaizal na TI Munduruku Planalto



Fonte: JUNIOR, Randerson (2020)

Dias antes, entramos em contato com o Cacique de Açaizal, sobre nosso interesse em realizar uma pesquisa, já havíamos tido o primeiro contato no campo anterior, ele já estava ciente de quem éramos. Felizmente, no dia 21 de fevereiro de 2020, iria ocorrer uma reunião extraordinária, no espaço comunitário, onde iria envolver todos da liderança da aldeia juntamente com os moradores, nos foi lançado o convite para participar e apresentar a nossa proposta de pesquisa.

Chegamos ao espaço comunitário um pouco cedo, ficamos conversando com o cacique que já estava no local, enquanto os moradores estavam chegando. Quando iniciou a reunião, fomos apresentados a todos, e nos foi dada a oportunidade de apresentar o nosso projeto de pesquisa, foi feita uma votação e aprovado por unanimidade. Nossa proposta de pesquisa, consistia em entender *como se deu processo de autodemarcação do território, se existia alguma sobreposição do TI com os quilombos vizinhos, e quais os impactos causados pelo agronegócio para o território*. Após a aprovação do projeto, decidimos voltar para a cidade, porém aproveitamos para fazer alguns registros.

Figura 9: Campo de Futebol x Agronegócio



Fonte: Registro autoral (2020).

O registro desse campo é bem impactante, onde demonstra como a soja está se sobrepondo a um espaço muito utilizado pelos moradores da aldeia, inclusive, bastante ameaças por causa do campo, os indígenas fizeram um abaixo-assinado para impedir que os fazendeiros acabassem com o campo, as ameaças só aumentaram.

“(...) então esse campo ele também já foi ameaçado a se acabar onde a gente ainda tem o nosso esporte de lazer dia de domingo, porque igarapé nós não temos mais, praia nós não temos aqui, então espaço que o jovem tem pra fazer esporte, um adulto tem pra espiar um jogo, então isso aqui também já foi ameaçado (...)” (Morador da aldeia Açaizal, 2019).

Esses dois campos, foram ricos em informações, é uma experiência única que nos motiva a participar da causa, que a nossa pesquisa faça parte dessa luta pela autonomia. todas as entrevistas foram gravadas, com a permissão da liderança, não tiramos fotos da reunião, para preservar a integridade de todos ali presente.

2.4 Autodemarcação: onde a autonomia ganha força

Como mencionamos no capítulo 1, diversos grupos na América Latina lutam pela autonomia, na maioria dos casos, é um processo de resistir para existir (r-existência), em nosso estudo de caso não é diferente. O processo de organização que concretizou na autodemarcação do TI Munduruku Planalto teve início no ano 2000 e concluiu em 2015, quando os indígenas das quatro aldeias enxergando os inúmeros perigos da negligência da Fundação Nacional do Índio – Funai, autodemarcaram seu território apesar do Estado¹².

Com base nos dados obtidos pelo Ministério Público Federal – MPF, os Munduruku reivindicaram a autodemarcação do seu território de maneira formal, em 2008. Contudo, as diversas reivindicações para que a FUNAI se inicie o processo administrativo de demarcação, não obtiveram sucesso, e só tiveram

¹² SOUZA (2017).

uma resposta em 2014, em que a Funai alegou que o caso registrado com mais 349 de diversos povos indígenas espalhados pelo país. Em 2015, os indígenas autodemarcaram o seu território, manifestando alguns *ganhos de autonomia*, uma forma de intensificar a luta, assim pressionando o órgão indigenista a iniciar o processo.

Para uma melhor compreensão sobre como atualmente está a TI Munduruku Planalto frente ao processo administrativo de autodemarcação da Funai, montamos um esquema que exemplifica as etapas necessárias para o reconhecimento das terras indígenas, por parte do Estado.

Quadro 2: Fases do Processo de Homologação de Terras Indígenas pela FUNAI

FASE	PROCEDIMENTOS
1. Estudos de identificação	A Funai nomeia um antropólogo para elaborar estudo antropológico e coordenar os trabalhos do grupo técnico especializado que fará a identificação da TI em questão.
2. Aprovação da Funai	O relatório do estudo antropológico deve ser aprovado pela presidência da Funai, que, no prazo de 15 dias, fará com que ele seja publicado.
3. Contestações	As partes interessadas terão um prazo de até 90 dias após a publicação do relatório para se manifestar.
4. Declaração dos limites	O Ministro da Justiça terá 30 dias para declarar os limites da área e determinar sua demarcação física, ou desaprovar a identificação.
5. Demarcação física	Declarados os limites da área, a Funai promove a demarcação física.
6. Homologação	O procedimento de demarcação deve, por fim, ser submetido à presidência da República para homologação por decreto.
7. Registro	A terra demarcada e homologada será, em até 30 dias após a homologação, registrada no cartório de imóveis da comarca correspondente e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Fonte: Terra Indígenas no Brasil¹³. Elaborado pelo Autor.

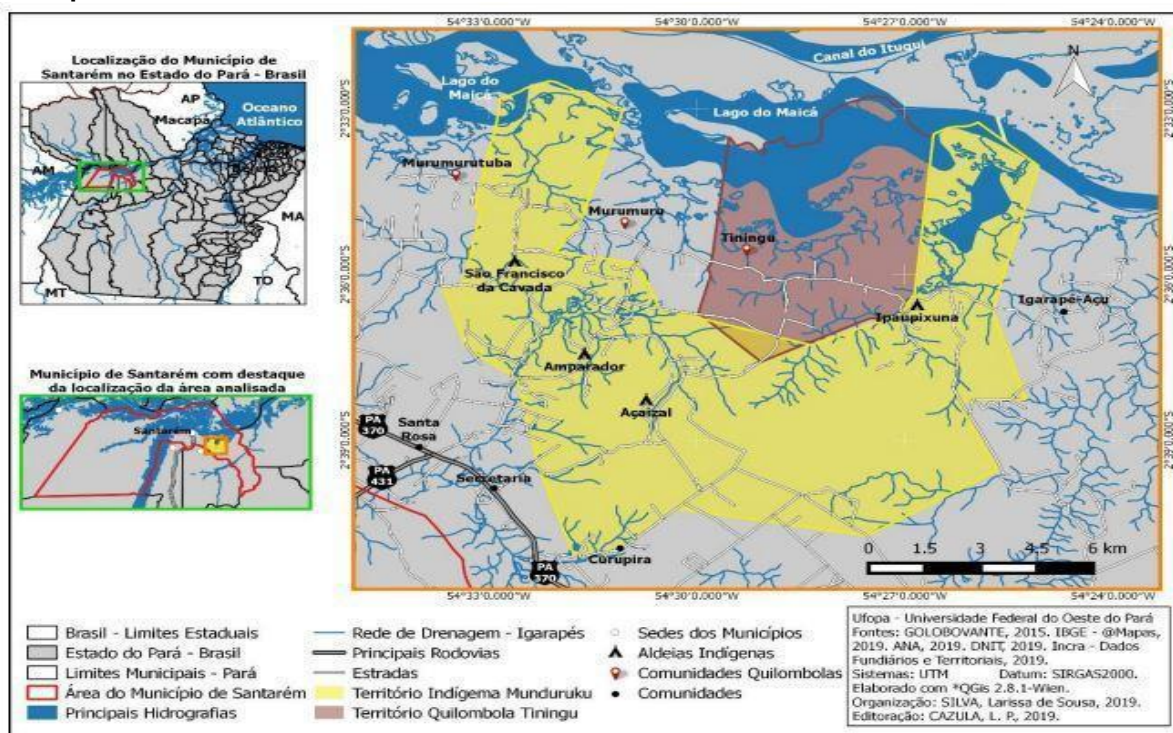
No quadro 2, respectivamente, demonstra as setes etapas para um registro oficial por parte da Funai, o registro tem suma importância, pois ele assegura os direitos previstos na Constituição de 1988, nos artigos 231 e 232, que em síntese, lhes garante a permanência na terra, os assegurando o usufruto da terra, rios e lagos nela existente, a reprodução do seu modo de vida e etc. São direitos que visam a segurança e o bem-estar.

Entretanto, cada fase demora anos para ser finalizada, o caso da TI Munduruku Planalto, está desde 2008 aguardando o estudo de identificação. Todo esse período de espera (não apenas nesse caso) leva ao que Zílio (2021) chama de conflitos geoepestêmicos, “diferentes saberes e suas espacialidades disputam não somente um (tipo de) território, mas sim formas distintas de conhecer e viver o espaço geográfico”, em nosso caso a monocultura da soja e milho frente aos territórios indígena e quilombola.

A área autodemarcada possui algumas sobreposições de territórios, com as comunidades quilombolas próximos a TI, sendo eles, Murumuru, Murumurutuba e Tiningú, porém, a relação entre eles é amistosa, sendo que apesar das reivindicações de cada lado, ambos entendem que enfrentam um adversário em comum, o agronegócio.

¹³ Disponível em: [Como funciona a Demarcação? | Terras Indígenas no Brasil \(terrasindigenas.org.br\)](https://terrasindigenas.org.br) > Acesso em 25/05/2022

Mapa 2: Autodemarkação da Terra Indígena Munduruku Planalto e sua localização no município de Santarém e no estado do Pará

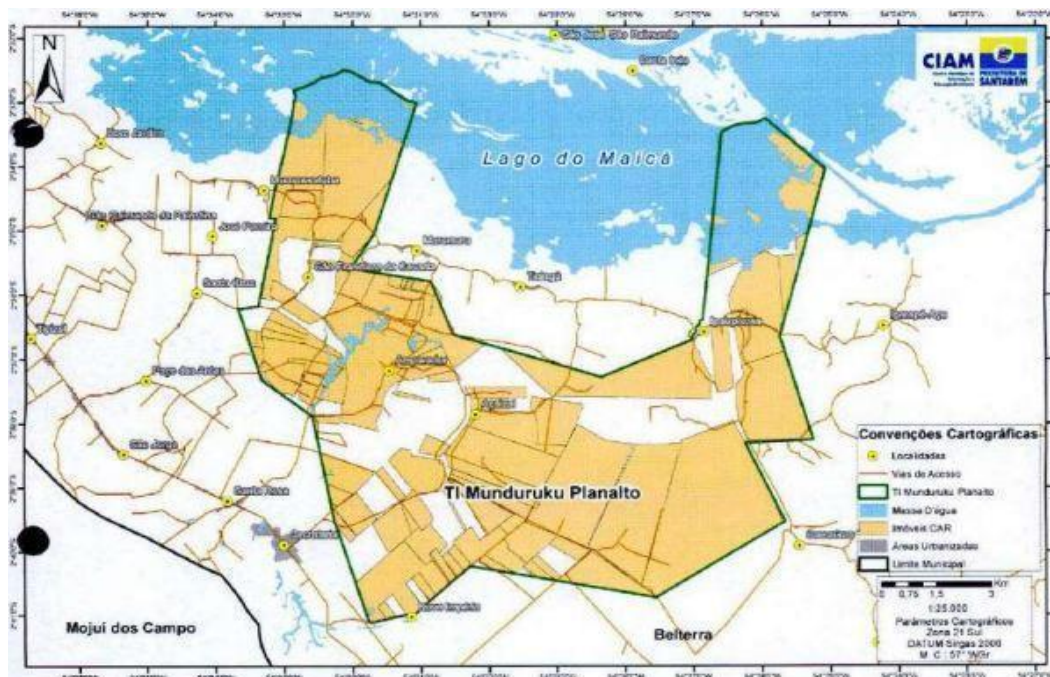


Fonte: SILVA 2021.

Como a TI Munduruku Planalto está em processo de estudos de identificação desde 2008, as glebas estão bloqueadas, mesmo aquelas que não coincidem com o espaço ocupado pelos indígenas, o que gera mais conflitos, os moradores principalmente de açaiçal, alegam receber muitas ameaças, ocorre também restrições ao andar sobre o território, lideranças não podem andar sozinhos por certos receios, como vimos nas impressões de campo, as fazendas de soja são “coladas” e ainda possui uma fazenda dentro do território.

As pressões por parte dos fazendeiros são em várias frentes, uma delas ocorreu em janeiro de 2018, só no perímetro da TI Munduruku Planalto, foi constatado 101 registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que cobria quase todo o território, o CAR é um registro autodeclaratório apresentado por produtores rurais às secretarias de Meio Ambiente estaduais. A declaração de um CAR aos órgãos Ambientais tem a finalidade de assegurar o “título” daquela terra, também é um dos documentos utilizados na grilagem de terras. Como podemos observar na figura 10.

Figura 10: Áreas registradas no CAR sobrepondo ao perímetro da TI Munduruku Planalto



Fonte: Ministério Público Federal. 2018

Esses conflitos geopistêmicos estão longe de acabar, a luta pela autodemarcação do território, expressa as diversas estratégias para a consolidação da autonomia, ou seja, a liberdade. Os Munduruku têm resistido, através de conselhos como o CITA (Conselho Indígena Tapajós Arapiuns) que tem forte influência em Santarém – PA, representando 52 aldeias. Em 2014, fundaram o Conselho Indígena do Planalto, para representar as demandas do território e o fortalecimento do exercício político, assim unindo forças com os outros povos originários na região.

Diante do exposto, dialogamos no próximo capítulo, como o agronegócio se instalou em Santarém – PA, qual discurso desenvolvimentista está sendo imposto, e por fim, qual o desenvolvimento segundo os moradores da TI Munduruku planalto.

CAPÍTULO 3:

Desenvolvimento(s): Agronegócio X Munduruku

3.1 Desenvolvimento para o agronegócio

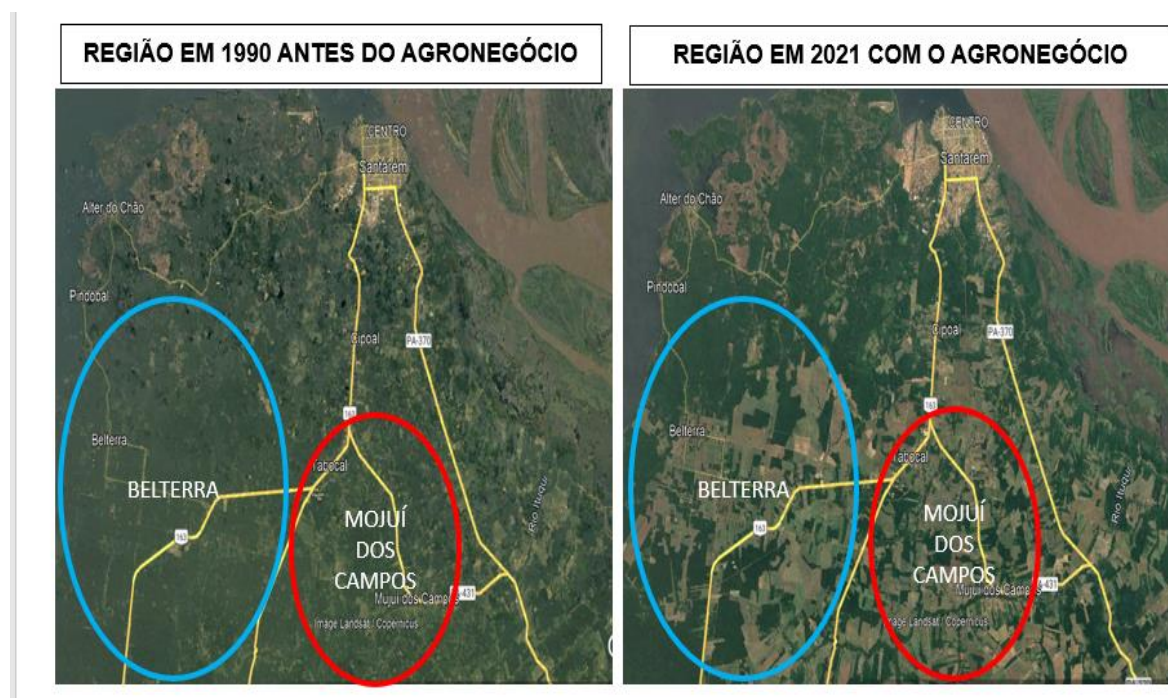
Com a expansão calorosa do mercado empresarial agricultor no estado de Mato grosso, em 1990, a produção em larga escala da soja tornou-se uma possibilidade de “desenvolvimento” aos demais estados da região norte do país. conforme dos dados obtidos pela CPT, em Santarém - PA, a expansão da soja teve início com os incentivos por parte da prefeitura, através do prefeito Lira Maia (1996-2004) que é ligado a bancada ruralista, no qual, apresentou a área do Planalto Santareno, como vantajoso a produção de grãos.

A prefeitura utilizou vários documentos da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que afirmavam que área do Planalto Santareno era propícia ao cultivo de grãos, somado a isso, estava ocorrendo a construção do Porto da Cargill (1999-2009), então foi-se usado esses eventos para atrair produtores de soja que estavam em outros estados (principalmente Rio Grande do Sul e Paraná) e que buscavam expandir suas produções, migraram para o município de Santarém. Findaram sendo ofertadas as terras que até então eram ocupadas por povos tradicionais e originários que ao longo dos tempos construíram suas vidas, com base na agricultura familiar, caça e pesca, que compreendem a terra como essencial para a reprodução das *significações imaginárias*.

Essas terras “oferecidas” pelo poder municipal, é um dos vetores de destaque para o “desenvolvimento” do agronegócio em Santarém. Era de domínio municipal a área que engloba o Planalto, e sua terra era ocupada por povos tradicionais e originários, e que não possuíam o título da terra e sim a posse. E portanto, a condição vulnerável desses povos foi um dos recursos usados para a inserção dos produtores nessas terras, com isso, temos uma corrida entre povos para que o Estado brasileiro valide suas terras, em meio aos conflitos geopsitêmicos, surge a força das organizações, como o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) e o Conselho Indígena do Planalto, para re-existir em meio ao processo de validação do Estado.

Com a precariedade documental dos povos, junto a todos esses incentivos por parte do poder municipal, enxergamos que o “desenvolvimento” não compactua com o significado de Souza (2006) em que a busca de maior justiça social, autonomia e qualidade de vida sendo o principal. O que vemos é um processo de expropriação, o discurso desenvolvimentista do agronegócio em Santarém, é um discurso de “des-envolvimento¹⁴” que para PORTO-GONÇALVES (2006) seria tirar a autonomia de um povo que possui uma relação com o espaço. Para isso, se utilizam vários recursos legais e ilegais. E os povos que estão há décadas no espaço, que foi escolhido para a acumulação de capital, são forçados a buscarem terras devolutas mais afastadas da área urbana, ou se inserirem nela, como podemos observar na figura 11.

Figura 11: A mudança na região de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos com a chegada do agronegócio entre 1990 e 2021



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: JUNIOR, Randerson (2022).

A figura 11 é uma ilustração criada através do Google Earth, que demonstra os impactos causados pelo agronegócio ao longo de trinta anos,

¹⁴ “Des-envolver é envolver cada um (os desterritorializados) em uma nova configuração societária, a capitalista, através de técnicas e dispositivos sociais e políticos empregados para promover esse des-envolvimento, tais como os novos cercamentos das terras e dos recursos naturais, ou melhor, a privatização das terras e dos recursos de uso comum” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

atingindo não somente Santarém, mas, os municípios vizinhos como podemos observar o círculo azul (Belterra), círculo vermelho (Mojuí Dos Campos), o restante seria a grande área do município de Santarém, em Amarelo são as rodovias.

Com a expansão do monocultivo dos grãos (soja e milho) ao longo dos anos, fica mais evidente os inúmeros conflitos geoeistêmicos, envolvendo os três municípios que possuem nessas áreas famílias que sobrevivem da agricultura familiar que além de produzir para a comunidade, exportam para os mercados das áreas urbanas. vale ressaltar, vulnerabilidades em relação a documentação das terras, pois, até então a instalação do porto da Cargill, possuir o título da terra não era uma “necessidade” imediata. Tanto que os Munduruku do Planalto recorreram aos órgãos do Estado, quando passaram a ser atingidos de maneira acelerada pelo crescimento das fazendas ao redor e dentro do território.

Conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 2004 e 2006, ocorreu a expulsão de 500 famílias de suas comunidades, os moradores relatam que o processo ocorreu por várias maneiras, sendo a principal a violência física e psicológica. muitas das intimidações ocorreram na reuniões comunitárias, no dia 26 de janeiro de 2018, ocorreu uma reunião na aldeia Açaizal entre os moradores e o Ministério Público Federal (MPF), onde alguns membros do Sindicato Rural de Santarém - SIRSAN, representados pelo presidente do sindicato compareceram, além das intimidações por parte dos fazendeiros que levaram um cinegrafista, para filmar a reunião, o que ocasionou uma enorme tensão no local, o procurador do SIRSAN ofendeu os indígenas de maneira racista: “eu reconheço vocês como cidadãos brasileiros, mas indígenas vocês vão ter que me provar!” “Isso lá é Índio?”.

Outra maneira de expulsão indireta ocorre através da compra da terra, o que aparentemente parece normal, afinal, comprar e vender terra não é ilegal, nesse caso, é diferente! São ofertados valores baixíssimos aos moradores para cederem suas residências, o que sai caro mesmo é que esses moradores já estão cercados pela plantação de soja, e as áreas não ocupadas, mas que possuem uso comunitário, já estão atingidas pelo monocultivo, com toda essa pressão, a ineficiência do Estado, a única saída “aparente” é ceder.

Como mencionamos, com a expansão/invasão da soja (e milho) sobre os municípios vizinhos, o Oeste do Pará tem seu como ponto de destaque no avanço do agronegócio a construção do Porto da Cargill, situado na orla de Santarém (PA), na antiga praia chamada Vera Paz. A construção desse grande projeto espacial, impactou de diversas maneiras a vida dos moradores que usufruíam aquele espaço como uma área de lazer, também, a pesca para a comercialização na cidade, foi bastante afetada, além disso, o porto foi construído em cima de sítio arqueológico, que matinha vestígios de ocupação há pelo menos 12 mil anos¹⁵.

figura 12: Praia Vera Paz x Porto da Cargill



Fonte: Tapajós de Fato e Amazônia Latitude (2022) ; elaborado pelo autor.

A figura 12 representa, respectivamente, A) como a praia da Vera Paz que foi sobreposta pelo porto; B) o Porto da Cargill; vale ressaltar que a função do porto é escoar a maior parte da produção de commodities do Centro-Oeste do Brasil (Mato Grosso), tendo como maior consumidor a China, além disso, possibilita o escoamento da produção local.

Outro ponto, mencionado no capítulo anterior, em relação ao “Porto do Maicá” é o nome mais popular, mas nos referimos ao Porto da EMBRAPA (A

¹⁵ <<https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/814/a-destruicao-causada-pela-cargill-na-regiao-do-tapajos> > acesso em 14/06/2022.

Empresa Brasileira de Portos de Santarém), que tem gerado repercussão, esse grande projeto espacial, é uma das frentes que vai impactar não apenas a vida dos moradores da TI Munduruku Planalto, que utilizam a pesca como uma das formas de subsistir, mas também os quilombos próximos, e principalmente os ribeirinhos que sempre viveram dentro da lógica da pesca no Lago do Maicá. segundo Zilio (2021):

A Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), instituição privada, tem na mira a construção de um porto no Lago do Maicá, próximo do encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós. Por isso tal empreendimento ficou conhecido como “Porto do Maicá” (ZILIO, 2021. p.09).

A criação do “Porto do Maicá” é mais um grande projeto espacial voltado ao escoamento da soja, para atender as demandas do Centro-Oeste e do Pará. Nos leva a enxergar como a luta desses povos tradicionais e originários, se torna mais intensificado conforme a implementação desses projetos avança. a seguir figura 13 o projeto da instalação do Porto do Maicá em Santarém - Pará.

Figura 13: Imagem que ilustra o projeto da instalação do “Porto do Maicá”.



Fonte: ZILIO, Rafael (2021).

A implementação dos grandes projetos espaciais, como podemos observar, gera inúmeros impactos aos povos locais, muitos moradores que subsistam de diversas maneiras, como a pesca, agricultura familiar, tiveram que se deslocar para a área urbana de Santarém e disputar um espaço no mercado de trabalho. nosso intuito é demonstrar que a frente que os Munduruku da TI Munduruku Planalto enfrentam é um processo que impacta a todos os povos do Planalto. o desenvolvimento empregado com a criação dos portos e os incentivos do poder municipal, não favoreceu a população local, as expropriou e os forçou a integrarem a “nova” lógica do capital local, ou seja, os des-envolveram.

Os Munduruku do Planalto, principalmente na aldeia Açaizal, já tem em seu “quintal” a soja, eles r-existem para existir, a esse processo de expansão/invasão, no qual, invisibiliza a todos que estão no caminho. Em contraposição a isto, gostaríamos de dialogar nesse sentido, sobre o desenvolvimento: será que o dito “palavrão” é apenas tido como um sinônimo de expropriação do mais vulneráveis no âmbito de conflito geoepestêmicos? Buscamos entender o sentido com base na nossa experiência nos trabalhos de campo com os moradores de Açaizal.

3.2 Desenvolvimento para os Munduruku

A Luta do povo Munduruku Planalto é uma forte evidência de busca pela liberdade, sendo ela manifestada em sua autonomia, em que foi ganhando forma, conforme os avanços do agronegócio no Planalto Santareno. Lembrando, que a condição documental das terras nos anos 2000 era precária aos povos tradicionais e originários, pelo fato, que se vivia sem ameaças externas, com a chegada dos fazendeiros (sojeiros), foi que houve uma maior organização e identificação (como indígenas) por parte das aldeias para a demarcação do território.

Em nosso entendimento, o desenvolvimento buscado pelos Munduruku, dialoga com SOUZA (2006), sobre esse conceito, o sentido de uma busca por melhores condições de vida, uma busca por mais autonomia e sentir-se livre para buscar sua felicidade. Portanto, o papel de organizações, como o Conselho Indígena do Planalto, o CITA, CPT entre outros, é aos poucos adquirir não só os

ganhos de autonomia, mas também os manter, enquanto o longo processo de demarcação da FUNAI age de maneira lenta.

O desenvolvimento para os Munduruku é poder viver dentro do seu território, sem se sentir ameaçado, como destaca o Cacique de Açaizal:

“...nós achamos que pra nós desenvolvimento é a gente continuar vivendo em nosso território, produzindo de forma, buscando uma forma de produzir também sustentável, não só pra nós mas pra que também possamos exportar, então aí é importante a universidade.”

Além da busca pela existência reproduzindo as suas *significações imaginárias*, se demonstra a importância do território como fonte de subsistência através das múltiplas maneiras de produzir, sejam elas para o próprio consumo como arroz, farinha, feijão, e também para exportar (como o açaí), sendo uma maneira de gerar uma renda extra para os moradores da aldeia.

O que enxergamos é o desenvolvimento como manifestação da autonomia. A importância da escola como observamos, possui uma grade curricular com disciplinas voltadas aos ensinamentos da tradição do povo Munduruku, o uso do mesmo local, como centro comunitário para reuniões, são iniciativas fundamentais para a instrução das próximas gerações.

Ao contrário do desenvolvimento concebido pelo agronegócio no município de Santarém, que é voltado para um acúmulo de capital, expropriando e invisibilizando os sujeitos/povos que estão organizados nos diversos espaços do município para a exportação da soja do Centro-Oeste brasileiro para os outros países, os Munduruku pensam em se desenvolver dentro do seu território voltado a sua qualidade de vida, seja ela no trabalho como os plantios, a caça e a pesca, no lazer como o futebol, tomar banho nos igarapés, realizar as reuniões para proporcionar melhores condições de vida para eles, mantendo suas tradições como a festa do açaí, portanto, é uma luta não só para existir mas também para continuar existindo se relacionando com a natureza, e assim perpetuar suas *significações imaginárias*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autodemarcação da TI Munduruku Planalto, como observamos é uma maneira de r-existência, ou seja, resistindo para existir. É um processo de fortes *ganhos de autonomia*, que consolidou uma organização pelas quatro aldeias, juntamente com outras organizações como o CITA que busca representar os povos indígenas, frente a um grande processo de expansão/invasão do capital, através dos incentivos realizados pelo poder municipal e o porto da Cargill para produção e exportação da monocultura de grãos (soja e milho) no município de Santarém-Pará. Os impactos causados por tais medidas atingem os territórios/terras dos povos tradicionais e originários que vivem no Planalto Santareno.

Entretanto, em muitos casos a expropriação de diversas famílias ocorre devido a sua vulnerabilidade causada pela marginalização do Estado aos povos indígenas, não efetivando políticas públicas. Os Munduruku do Planalto se organizam politicamente, com auxílios externos como o Ministério Público Federal, universidade para enfrentar os diversos conflitos geoepestêmicos em meio às lentas medidas da FUNAI. O que enxergamos é a intensificação dos conflitos; porém, a luta pela demarcação do território ganha força na medida que os Munduruku passam a se mobilizar junto com outros povos.

A importância das instituições sociais são fundamentais para que a autonomia permaneça, como educar as próximas gerações com o ensino da tradição e o modo de vida da aldeia. Além disso, o território é tido como fundamental para além da subsistência, é nele que se reproduzem e fazem sentido as significações imaginárias dos Munduruku do Planalto Santareno.

Ressaltamos que o desenvolvimento concebido pelo agronegócio é um modelo de *des-envolver* dos povos que vivem no Planalto, os invisibilizando, ameaçando. São inúmeras pressões, ou melhor, manifestações de *violência epistêmica*; em contrapartida, chegamos ao entendimento que o desenvolvimento segundo os moradores de açazal, possui um diálogo com o sentido que SOUZA (2006) ressalta, seria uma busca por melhor qualidade de vida, com ganhos de autonomia, sendo este, um fator motivador, para a causa do nosso objeto de estudo.

Esta pesquisa, como já mencionado, é fruto do NEPES, no qual faço parte como pesquisador em formação. Nesse âmbito compreendi parte da complexidade dos conflitos geopsitêmicos, principalmente, em Santarém. Acredito que poderíamos em breve, investigar a dimensão econômica, desse processo de expansão/invasão gera de recurso ao poder municipal, frente ao processo de expropriação desses povos, afinal, “quanto vale” a vida de um povo originário e tradicional? Por uma Geografia da r-existência!

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo parasitário. Zahar: Rio de Janeiro, 2009
- _____. Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo. Tradução de Milton Meira do Nascimento e Maria das Graças de Souza Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1983
- CASTORIADIS, Cornelius. A democracia como procedimento e como regime. In: As encruzilhadas do labirinto IV – A ascensão da insignificância. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 (1996).
- CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: As encruzilhadas do labirinto III – O mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (1990).
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005a.
- CRUZ, Valter do C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: Cruz, VC e Oliveira, DA de. Geografia e Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1ª. Edição. Rio de Janeiro. Letra Capital; 2017. p. 15-36. Disponível em: <(PDF) Geografia e giro descolonial - experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico | Denilson Araujo de Oliveira - Academia.edu> Acesso em: 06/04/202
- ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la Tierra: Nuevas Lecturas sobre Desarrollo, Territorio y Diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b
- HAESBAERT, R. TERRITORIO E MULTITERRITORIALIDADE: Um Debate. 2007.
- Haesbaert, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina / Rogério Haesbaert. - 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografía ; Universidade Federal Fluminense, 2021.Libro digital, PDF
- JUNIOR, Randerson Sousa Monteiro. A AUTODEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNDURUKU PLANALTO COMO R-EXISTÊNCIA À LÓGICA NEOCOLONIAL DO AGRONEGÓCIO EM SANTARÉM-PA. (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia). Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2022

MIGNOLO, W. Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ação civil pública nº 1.23.002.000393/2014-95; 1.23.002.000432/2004-82;1.23.002.000116/2013-00(Apenso:1.23.002.000568/2013-83),2018. Disponível em: <<https://fdocumentos.tips/document/1o-oficio-mpf-de-santaremcoletivamente-em-torno-das-comunidades-que.html>> Acesso em: 29/01/2022

Oceypi Ekawen: história da nossa terra / Organizadores, Gilson de Jesus Rêgo, Judith Costa Vieira, Nádia Socorro Fialho Nascimento. – Santarém: Comissão Pastoral da Terra/Santarém, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006). A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

QUIJANO, A. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, Larissa de Sousa. A luta pelo território Munduruku: Emergência étnica e territorialidades (re)construídas na aldeia Açaizal – Santarém/PA. (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia). Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. O fim das descobertas imperiais. Fórum Social Mundial – Biblioteca das Alternativas. Notícias do Milênio. Edição especial do Diário de Notícias de 8 de Julho de 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Por uma Geografia libertária. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia. In.: GEOgraphia, v. 4, n. 7, p. 64-68, 21 set. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13423/8623>> .

ZILIO, Rafael. A fronteira abissal no Oeste do Pará: Conflitos geopistêmicos frente à implantação de grandes projetos espaciais. In: AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política. Vol. 3. São Paulo. 2021. p. 83-103. Disponível em: <A fronteira abissal no Oeste do Pará: Conflitos geopistêmicos frente à implantação de grandes projetos espaciais | AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política (unioeste.br)> Acesso em: 07/05/2022.

REFERÊNCIAS DE SITES

_____. Em Santarém, projeto de porto da Embraps ameaça lago do Maicá. Amazônia Latitude. Disponível em:

<<https://amazonialatitude.com/2019/03/12/projeto-de-porto-da-embraps-ameaca-meio-ambiente-e-povos-tradicionais-do-lago-do-maica/>> Acesso em 21/05/2022.

_____. Como funciona a demarcação?. Terras Indígenas no Brasil, (s/d).

Disponível em: <Como funciona a Demarcação? | Terras Indígenas no Brasil (terrasindigenas.org.br)> Acesso 25/05/2022

_____. A destruição causada pela Cargill na região do Tapajós. Tapajós de Fato. Disponível em: <<https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/814/a-destruicao-causada-pela-cargill-na-regiao-do-tapajos> > acesso em 14/06/2022

APÊNDICES: Roteiro de entrevistas semiestruturadas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Organização: Núcleo de Pesquisa Sobre Espaço, Política e Emancipação Social – NEPES.

Discente: Lucas Filipe Echer Araújo

Orientador: Prof^o. Dr. Rafael Zilio Fernandes

Data: 21/02/2020

Entrevistado: _____

Idade: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Como se deu o processo de autodemarcação?
- 2) Como se deu a delimitação do território, ou seja, por que as fronteiras são essas? (Como saber até onde demarcar?)
- 3) Quais comunidades integram a TI? Como é a relação entre elas?
- 4) Quem de fora auxiliou e auxilia no processo? (Universidade, Ministério Público etc.)
- 5) Como está o processo legal hoje? Parado? Há perspectiva de uma demarcação oficial?
- 6) Quais são as ameaças atuais ao território Munduruku? (O agronegócio é uma ameaça?)
- 7) Os documentos mostram que há sobreposição da TI Munduruku com terras quilombolas a norte. Há conflitos ou tensões com os quilombos ou a relação é amistosa?